

---

## RESENHA

---

### **Justiça social: desafio para a formação de professores<sup>1</sup>**

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. *Justiça social: desafio para a formação de professores*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

*Tatiana Pinheiro de Assis Pontes\**

A obra *Justiça social: desafio para a formação de professores*, organizada pelos autores Júlio Emílio Diniz-Pereira<sup>2</sup> e Kenneth M. Zeichner<sup>3</sup>, surgiu após a submissão e a apresentação em duas mesas redondas de trabalhos sobre o tema formação de professores para a justiça social, em dois eventos importantes na área de Educação, nos Estados Unidos: o 57º Encontro Anual da Associação Americana das Faculdades de Formação de professores (*American Association of Colleges for Teacher Education - AACTE*), em fevereiro de 2005, em Washington D. C., e o Encontro Anual da Associação Americana de Pesquisa Educacional (*American Educational Research Association - AERA*), em abril de 2005, na cidade de Montreal, no Canadá (DINIZ-PEREIRA; ZEICHNER, 2008, p.7).

O livro é composto por cinco capítulos e todos estão baseados em resultados de pesquisas sobre o tema da *formação de professores para a justiça social*. Há pluralidade metodológica na apresentação desses estudos. Tem desde pesquisas que discutem a produção acadêmica sobre a temática até investigações que utilizam metodologias ainda pouco conhecidas e difundidas no Brasil. Existem também pesquisas que combina instrumentos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Educação e estudos de caráter historiográfico.

Essa leitura é destinada a todos os “envolvidos com a formação de professores e que acreditam na possibilidade da construção de um mundo mais justo, mais humano,

---

<sup>1</sup>Resenha livre da obra: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. *Justiça Social: Desafio para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Tradução de Cristina Antunes.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e Espaço Escolar (GPFOPE). Supervisora de Ensino efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba.

<sup>2</sup> Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. É doutor em Educação, mais especificamente, em Sociologia do Currículo e Formação Docente, no Departamento de Currículo e Ensino, da Universidade de Wisconsin (Madison, Estados Unidos).

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Currículo e Ensino da Universidade de Wisconsin (Madison, Estados Unidos).

fraterno e solidário, livre de discriminações e ecologicamente sustentável” (ZEICHNER, 2008, p. 10). Os autores elucidam que, embora seja imprescindível, a formação docente não será a solução para todas as injustiças presentes no mundo atual, porém, acreditam que ela não pode se furtar em dar a sua contribuição nesse sentido.

No primeiro capítulo desse livro, *Formação de professores para a justiça social em tempo de incerteza e desigualdades crescentes*, Zeichner aborda os diferentes “rótulos” adotados pelas instituições formadoras de professores nos Estados Unidos ao longo dos anos, que embora tenham sido associados ao tema formação de professores para a justiça social (FPJS), ao que parece, não estão garantindo os reais objetivos desse tipo de formação docente.

A FPJS tem o foco de preparar professores capazes de contribuir “para uma diminuição das desigualdades existentes entre as crianças das classes baixa, média e alta nos sistemas de escola pública de todo o mundo e das injustiças que existem na sociedade, fora dos sistemas de ensino” (ZEICHNER, 2008, p.11).

No entanto, o que se nota nos Estados Unidos, e nos sistemas escolares do mundo todo, é que a formação de professores, embora ostente o discurso progressista, não tem conseguido expressar concretamente ações que superem as injustiças no ensino e na sociedade. Não são todas as crianças que têm acesso a professores “bem formados” e ao ensino de boa qualidade.

O autor reconhece o progresso quanto à FPJS ter se tornado parte do discurso corrente da formação docente em todo o mundo, no entanto, adverte sobre a necessidade de se aprofundar o que de fato isso significa e de que forma esse discurso tem impactado as ações dos professores e dos alunos.

Zeichner tece críticas, especialmente aos Estados Unidos, quanto às más condições de trabalho dentro e fora da Educação, à distribuição desigual de recursos financeiros e à escassez de investimentos em Educação em detrimento de prioridades alheias à população.

Observando as problemáticas apresentadas nesse texto, a FPJS, embora insuficiente para resolver todos os conflitos sociais, pode ser uma opção positiva para a transformação social supramencionada. Para tanto, é preciso ir além do discurso e começar a prover ferramentas práticas conjuntamente com as lentes conceituais, o que requer a formação de fortes alianças entre os professores e administradores, os pais e a comunidade.

Na sequência, o capítulo dois, intitulado: “A transformação da alma” – aprendendo a ensinar para a justiça social: o programa de formação de professores da Escola Putney (1950-1964), é escrito por Carol R. Rodgers e se trata de uma análise da experiência de um programa de formação de professores fundamentado na ideia de “transformar as almas” dos alunos com o intuito de “ajudá-los a compreender e a se interessar mais profundamente pelas questões de raça, de justiça social e de sustentabilidade ambiental” (RODGERS, 2008, p. 35).

O programa, que funcionou de 1950-1964, “era baseado nos princípios de aprendizagem por meio da reflexão sobre a experiência, de John Dewey, e nos princípios “reconstrucionistas” de educação para a justiça social, de Theodore Brameld (RODGERS, 2008, p. 36). Os alunos, oriundos de diversos lugares do mundo e de condições sociais heterogêneas, eram submetidos a experiências que lhes provocassem “a reflexão sobre si mesmos e suas crenças, as escolas, os sistemas escolares e, principalmente, sobre a sociedade e seus problemas” (RODGERS, 2008, p. 47). Por isso, moravam juntos grupos inter-raciais, viajavam juntos por períodos relativamente longos e se reuniam com líderes civis dos Estados Unidos e, posteriormente, refletiam sobre essas experiências.

A dinâmica do programa era fundamentada no princípio primordial do compromisso em transformar o mundo e, nesse intuito, a formação de professores era centrada na ideia de formar líderes para essa (re) construção social.

O currículo era determinado, na maior parte, pelos próprios alunos e orientado conforme os seus interesses e a reflexão sobre ele era um método sistemático. Não havia notas. Os alunos arquivavam autobiografias em pastas, além de “esboços de planos a curto ou longo prazo, trabalhos escritos de seminários, narrativas de viagens no diário e reflexões sobre a vida e o aprendizado cotidianos (RODGERS, 2008, p. 50-51).

Por conclusão, a autora declara que “a escola Putney para a formação de professores não forneceu uma solução ao problema de como formar professores para a justiça social”, mas suscitou “pistas de como a formação docente deve fazer para preparar professores que realmente se preocupem com o ensino para a justiça social” (RODGERS, 2008, p. 71).

Ademais, a experiência da escola Putney indica que o compromisso com as questões de justiça social não advém de requisitos estabelecidos por programas, mas se trata de um processo de transformação individual, que, por sua vez, é resultado dos encontros com questões da época, através do contato direto com pessoas e lugares que

incorporam aquelas questões. “Para que a mudança seja permanente, para que as almas sejam transformadas, os futuros professores devem ter experiência direta com questões contemporâneas obrigatórias, comprometer-se com a reflexão interior e pública” e serem orientados por formadores que pratiquem esse mesmo exercício (RODGERS, 2008, p. 71-72).

No capítulo três, com o título: Justiça social na formação docente: fardo invisível para o professor de cor, escrito por Jean Moule, é apresentado um “auto-estudo” (do inglês, *self-study*) da autora, que, enquanto docente acadêmica afro-americana, enfrenta os obstáculos vivenciados num contexto predominantemente “branco”. Jean busca analisar a descrição de seu cargo e as tarefas acadêmicas por ela assumidas, com foco, especialmente, nas mudanças que ocorreram no programa de formação inicial de professores da instituição em que atua, após o estabelecimento da perspectiva de justiça social. Ou seja, autora busca compreender em que medida a ideia de justiça social impactou o seu papel docente e a sua pessoa, como um indivíduo “de cor”, e os seus colegas docentes, formadores de professores.

As informações e as análises dessa pesquisa foram sendo organizadas num período de cinco anos e como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: documentos da designação de encargos docentes da pesquisadora, diários, calendários, registros de reflexões sobre o uso do tempo, *e-mails*, atas de reuniões do corpo docente, notícias dos departamentos e relatórios finais sobre verbas e auxílios financeiros (MOULE, 2008, p.82).

Das conclusões, a autora considera os resultados perturbadores, pois confirma a necessidade constante de encontrar formas de manter a sua paixão e credibilidade na academia, bem como criar estratégias de sobrevivência e de resistência à hegemonia “branca”. Finaliza reconhecendo que o objetivo desse tipo de estudo é provocar, desafiar e esclarecer, ao invés de confirmar ou determinar, conforme elucida citando Bullough; Pinnegar (2001).

No quarto capítulo, a autora Morva McDonald aborda a questão da formação de professores para a atuação em salas de aulas cada vez mais diversificadas. São analisados dois programas de formação de professores, que têm a intenção de aperfeiçoar o modo como preparam os futuros docentes para ensinar satisfatoriamente alunos racialmente diversos e de baixa renda.

No primeiro momento, a autora faz uma revisão histórica sobre as abordagens concernentes à temática diversidade contemplada por programas de formação de

professores, que, em sua observação, apresentaram pouco sucesso até o momento. Analisa ainda que, ao longo dos anos, a inclusão da perspectiva de justiça social como orientação da formação docente para o trabalho com a educação multicultural e a diversidade tem se mostrado uma opção mais promissora.

Morva McDonald desenvolveu essa pesquisa por meio de um estudo de caso qualitativo, baseado no estudo comparativo de dois programas de formação de professores do Ensino Fundamental – o Teachers for Tomorrow’s School Program e o Teacher Education IntemProgram, “que fazem da justiça social e da equidade o cerne da preparação de futuros docentes” (MORVA MCDONALD, p. 113). Os dados foram coletados de agosto de 2001 a junho de 2002 e o contato prolongado e intensivo com esses programas, com o contexto de vida real dos indivíduos, permitiu a compreensão de suas experiências, de grupos e de organizações, o que resultou num relato holístico e vibrante sobre a implementação prática da justiça social.

Complementando essa abordagem qualitativa, foi utilizado o pré e o pós teste *survey*, que permitiu compreender as crenças e as atitudes dos futuros professores sobre o ensino e sobre sua preparação e ainda possibilitou a comparação dos resultados entre os dois contextos. Essa metodologia mista permitiu “triangular resultados e identificar conceitos complexos, cruciais para esta pesquisa” (MORVA MCDONALD, p. 113).

Os resultados da pesquisa revelaram que os dois programas pretendiam integrar a justiça social e a equidade em suas proposições. A teoria sociocultural afirma que as estruturas formais, missões e objetivos dos programas e das disciplinas, podem influenciar a prática efetiva, porém não podem garantir como tais propósitos deveriam ser concretizados. Ademais, os dois programas variam em termos de como incorporavam a justiça social e não há indicação quanto à melhor maneira de se aderir a esse propósito, mas sim, múltiplos caminhos ao longo de um conjunto específico e contínuo. A autora reconhece que estudo se mostrou limitado por se basear em apenas dois programas de formação. Estudos mais amplos sobre a implementação da justiça social nos programas de formação de professores podem proporcionar resultados mais valiosos.

No último capítulo, com o título: Modelos críticos de formação docente: a experiência do MST, Júlio Emílio Diniz-Pereira faz uma análise do programa de formação de educadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em pesquisa desenvolvida durante o seu programa de doutoramento. Para a coleta de dados, o autor realizou entrevistas com educadoras, buscando analisar, a partir de seus depoimentos, as

suas experiências no MST, com ênfase nos elementos que as influenciariam a se tornarem militantes de um movimento social que luta por reforma agrária e justiça social em um dos países mais socialmente injustos do mundo, o Brasil, e então analisar a influência desse Movimento sobre o longo processo de construção de uma identidade de educador militante (DINIZ-PEREIRA, 2008).

O autor busca discutir os modelos críticos de formação de professores e adverte sobre a hegemonia dos modelos mais difundidos, que são fundamentados na racionalidade técnica.

Entre os resultados da pesquisa, Diniz-Pereira elucida que independentemente da nossa filiação ideológica, predileção partidária e da nossa afinidade ou não com os ideais de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é impossível não reconhecer que a experiência de formação docente no contexto desse Movimento, deixa-nos muitas lições e reflexões para repensarmos sobre os modelos críticos de formação de professores que pretendemos.

Em linhas gerais, a leitura da obra aqui apresentada traz muitas contribuições para refletirmos acerca dos modelos de formação docente que temos e os que pretendemos desenvolver. Os diferentes estudos compartilhados se mostram muito relevantes tanto para conhecermos, ainda que brevemente, as realidades diversas envolvendo a temática, bem como para analisarmos a complexidade das questões concernentes à formação docente na perspectiva da justiça social. Esta leitura se torna essencial aos que estão comprometidos com a formação de professores mais críticos e politicamente emancipados, assim como com a reconstrução de uma escola pública mais justa e igualitária em prol de uma sociedade melhor.

**Autores:**

Kenneth M. Zeichner (Org.)–Universidade de Wisconsin.

Carol Rodgers – Universidade do Estado de Nova York.

Jean Moule – Universidade do Estado de Oregon.

Morva McDonald – Universidade de Maryland.

Júlio Emílio Diniz-Pereira (Org.) – Universidade Federal de Minas Gerais.

Recebido em: 10/04/2014

Aprovado em: 10/08/2014